

Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira

diferentes visões do Censo Agropecuário 2006

Organizadores
Sergio Schneider
Brancolina Ferreira
Fabio Alves

ipea

The cover features a detailed, high-contrast black and white photograph of wheat stalks. The stalks are arranged in a way that creates a sense of depth and texture, with some in sharp focus and others blurred in the background. The overall composition is clean and professional, typical of an academic or technical publication cover.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro interino Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira

diferentes visões do Censo Agropecuário 2006

Organizadores
Sergio Schneider
Brancolina Ferreira
Fabio Alves

ipea
Brasília, 2014

Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira:
diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 /
organizadores : Sergio Schneider, Brancolina
Ferreira, Fabio Alves. – Brasília : Ipea, 2014.

387 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-191-5

1. Agricultura. 2. Censos Agropecuários. 3.
Estabelecimentos Agrícolas. 4. Brasil. I. Schneider,
Sergio. II. Ferreira, Brancolina. III. Alves, Fabio. IV.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD : 338.10981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006*

Catia Grisa
Sergio Schneider
Marcelo Antonio Conterato

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo discute a importância da produção para o autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros a partir das informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário 2006. Trata-se de um exercício inovador em que, pela primeira vez no Brasil, o autoconsumo é dimensionado nas estatísticas para o meio rural, permitindo valorar e demonstrar sua importância econômica em termos absolutos e relativos em âmbito nacional e suas diferentes manifestações nos estados da Federação.¹ Não se trata de algo trivial, tendo em vista que esta iniciativa pode desencadear novas análises e interpretações nos estudos rurais que se colocam o desafio de investigar a renda agrícola e o perfil das receitas dos estabelecimentos agropecuários, podendo, inclusive, provocar mudanças nas políticas públicas que adotam o critério da renda para definição do público beneficiário.

Neste capítulo, o autoconsumo compreende toda a produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo, incluindo os produtos de origem animal, os produtos oriundos das lavouras permanentes e temporárias, da silvicultura, da floricultura, da extração vegetal e da agroindústria doméstica. Trata-se da produção que é destinada ao ciclo interno da unidade de produção, seja para a alimentação da própria família, seja para outros usos do estabelecimento.

*Os autores agradecem ao Ipea pela iniciativa de desenvolver pesquisas e estudos a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006 e, também, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), particularmente ao Sr. Antônio Carlos Simões Florido, por sua atenção e pela disponibilização e tabulação dos dados requeridos para o desenvolvimento deste trabalho.

1. Este trabalho decorre de uma iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea em estimular pesquisadores e grupos de pesquisa a realizar análises e estudos a partir dos dados do novo Censo Agropecuário 2006. Neste contexto, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), interpretou esta como uma excelente oportunidade para aprofundar estudos acerca do meio rural, oficializando um projeto de cooperação em 2009 entre o Ipea e a PGDR/UFRGS, o qual foi desenvolvido ao longo de 2010 e 2011. Por meio desta cooperação, via Projeto de Pesquisa de Equipe para Análise dos dados do novo Censo Agropecuário 2006, foi possível desenvolver o tema produção para autoconsumo na agricultura brasileira.

Até cerca de uma década, a produção para o autoconsumo era interpretada em ambientes políticos e institucionais como um resquício do passado ou como algo que “sobrou da tradição”, sendo sinônimo de atraso ou prática oposta à modernização. Não raro, os autores consideravam que o autoconsumo caracterizava um tipo de agricultura avesso ao mercado ou ainda não inserido neste, que produzia basicamente para o sustento da família, em uma arquetípica situação de economia natural. Avaliava-se que esta prática desapareceria à medida que tecnologias e outros insumos que caracterizam o padrão técnico produtivo “moderno” fossem incorporados, já que diz respeito a uma produção realizada sem a finalidade de obter valor mercantil.

Desde o início dos anos 2000, alguns pesquisadores brasileiros retomaram os estudos e pesquisas sobre esta prática, indicando se tratar de uma tradição recontextualizada, que poderia cumprir vários papéis e funções no meio rural contemporâneo. Para além da constatação de que a produção para autoconsumo não desaparecera, os estudos também indicaram os vínculos e as potencialidades desta produção com emergentes discussões sobre pobreza e fome no meio rural. Tornou-se particularmente importante a vinculação das análises sobre o papel da produção para autoconsumo no acesso à alimentação, oferta de alimentos saudáveis, estabilidade monetária, sociabilidade e identidade das famílias rurais, vindo a constituir uma referência importante nas estratégias e ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Do Nordeste ao Sul, vários estudos de caso ressaltaram a importância social e econômica da produção para o autoconsumo na agricultura familiar (Teixeira e Silva, 2008; Menasche, 2007; Grisa, 2007; Gazolla, 2004; Anjos *et al.*, 2004; Maluf, 2003).

Acompanhando essa retomada do tema nos estudos rurais, observa-se igualmente uma resignificação da produção para o autoconsumo no âmbito governamental. Vários programas e políticas dos governos federal e estaduais passaram a reconhecer a produção para o autoconsumo como um elemento que contribui na promoção da segurança alimentar e nutricional, na redução da pobreza e na inclusão socioprodutiva no meio rural. O Plano Brasil Sem Miséria, executado em âmbito nacional, e seu congênere no Rio Grande do Sul, o Programa RS Mais Igual, são exemplos neste sentido. Em ambos há ações que buscam estimular a produção para o autoconsumo aliada a um conjunto de políticas que visam enfrentar a pobreza extrema por meio de melhorias nas condições socioeconômicas das famílias rurais no Brasil.

É no âmbito desse conjunto de estudos e iniciativas governamentais que este capítulo pretende contribuir ao estimar e caracterizar a produção para autoconsumo nos estabelecimentos rurais do Brasil. Trata-se de uma iniciativa pioneira de analisar o autoconsumo em nível nacional e agregado que se soma ao conjunto

de estudos de casos já realizados. Em que pesem os limites de compreender esta prática a partir de dados quantitativos, a análise aqui desenvolvida poderá contribuir para demonstrar sua incidência, seu lugar no conjunto das atividades agropecuárias e sua importância econômica em todo o território nacional.

Além desta introdução, este trabalho está organizado em mais três seções. A seção 2 discute os papéis da produção para o autoconsumo na agricultura familiar, destacando sua contribuição na segurança alimentar, na diversificação dos meios de vida, na estabilidade monetária e na economia das famílias, na sociabilidade e na identidade das famílias rurais. A seção 3 discute o método utilizado para mensurar o autoconsumo a partir do Censo Agropecuário 2006 e analisa os dados sobre a importância do autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros. Por fim, na seção 4, são apontadas algumas considerações sobre o trabalho realizado.

2 O AUTOCONSUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

As últimas décadas marcaram um período de intensas transformações técnico-produtivas no meio rural brasileiro. Em curto tempo, instrumentos de trabalho e insumos tradicionais foram substituídos por inovações que “modernizaram” a agricultura. À medida que estas se intensificaram foi minimizada a base endógena de recursos controlada pelas unidades familiares e a agricultura tornou-se uma atividade cada vez mais dependente de mercados. O trabalho e os processos produtivos passaram a ser organizados cada vez mais em função do aumento da geração de valores de troca, e recursos e tarefas que anteriormente eram desenvolvidos na unidade produtiva, em uma via de “reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida”, passaram para o domínio de atores externos, em uma forma de “reprodução dependente” (Ploeg, 2006). Objetos, instrumentos e progressivamente o próprio trabalho tornam-se mercadorias mobilizadas em diversos circuitos mercantis.

Em um contexto de mercantilização e externalização da agricultura, o autoconsumo também é afetado. Incitadas a produzir sobretudo produtos comerciais, “visíveis” e sancionados pelo mercado, as unidades familiares são estimuladas a diminuir o tempo e o espaço dedicados ao trabalho “invisível” referente à produção de alimentos para o próprio consumo (Jean, 1994). Deste modo, a produção “pro gasto” foi reduzindo-se ao longo dos anos e, lentamente, a alimentação das famílias passou a depender cada vez mais dos mercados (Menasche, 2007; Ramos, 2007; Gazolla, 2004).² Trata-se de um processo que Anjos (2003) denominou de

2. Deve-se advertir, entretanto, que não há uma relação linear entre mercantilização da agricultura e redução da produção para autoconsumo. O fato de as unidades familiares reduzirem o autoconsumo não significa necessariamente incremento da mercantilização da agricultura e nem o incremento nesta acarreta obrigatoriamente redução naquele (Gazolla, 2004). Outros fatores podem interferir no autoconsumo, como a composição da família, o tamanho dos estabelecimentos, a produção de cultivos comerciais intensivos em trabalho, as condições socioeconômicas, o recebimento de outras rendas, a facilidade de acesso aos mercados e a aquisição de alimentos prontos (Grisa, 2007).

“reconversão forçada”, que incita e estimula os agricultores a passarem de policultores a “tributários do regime monocultivo”, cingidos pela especialização produtiva e pelo abandono do autoconsumo.

Contudo, a produção para autoconsumo é de suma relevância à reprodução social das unidades familiares. Autores das ciências sociais já destacavam a importância desta prática na organização produtiva e econômica dos camponeses (Cândido, 2001; Woortmann e Woortmann, 1997; Garcia Junior, 1989; 1983; Brandão, 1981; Herédia, 1979; Wolf, 1976; Chayanov, 1974). Mais recentemente houve uma retomada de pesquisas sobre o tema, destacando principalmente a contribuição da produção para autoconsumo na segurança alimentar, a redução da pobreza rural, as interfaces com a sociabilidade e a identidade social dos agricultores (Menasche, 2007; Ramos, 2007; Grisa, 2007; Leite, 2004; Gazolla, 2004). Este novo impulso repercutiu nos espaços públicos e em ambientes políticos e institucionais, fazendo com que a produção para o autoconsumo ganhasse novo significado e provocasse indagações sobre suas características e dimensão nos estabelecimentos agropecuários.

Visando contribuir com esta retomada de reflexões sobre o autoconsumo, na sequência discutem-se alguns papéis que esta prática desempenha na reprodução da agricultura familiar.

2.1 Autoconsumo e segurança alimentar

Estudos como os de Menasche (2007), Grisa (2007) e Gazolla (2004) foram unânimes em reconhecer o papel estratégico que o autoconsumo tem na garantia da segurança alimentar. Os agricultores que produzem para o autoconsumo diferenciam-se das outras unidades produtivas na medida em que não dependem integralmente de insumos externos para levar a termo o seu processo de produção, podendo tanto satisfazer às necessidades de uso próprio, quanto destinar os produtos para a troca, na forma de excedentes comercializáveis. Assim, a produção para autoconsumo cumpre um papel fundamental ao manter internamente à unidade familiar a satisfação de uma de suas necessidades vitais, a alimentação. Os alimentos seguem da lavoura ou da criação para a casa, na ausência de processos de intermediação que os tornem valores de troca.

Além do acesso aos alimentos, ao se manter interna à família a atribuição de produzir a própria alimentação, asseveram-se outros princípios da segurança alimentar, como a qualidade dos alimentos e a adequação aos hábitos alimentares locais. A produção para o autoconsumo geralmente é isenta de agrotóxicos e outros produtos químicos, utilizando em seu manejo esterco dos animais, cinzas, restos de alimentos etc., visando não comprometer a sanidade dos alimentos. Desfrutar de alimentos “sem venenos” e saber o que se está consumindo são algumas

das principais justificativas para a existência do autoconsumo nos estabelecimentos (Grisa, 2007). Como observou Menasche (2003), os agricultores consideram que os alimentos comprados não são inteiramente confiáveis quanto a este critério, mesmo adotando medidas profiláticas – lavar e descascar. Para eles é fundamental saber o modo e quem os produziu.

Como dito, a produção para o autoconsumo também respeita as preferências alimentares e as práticas de preparo e consumo das comunidades locais. Neste sentido, é possível afirmar que o autoconsumo tem uma função de preservação da cultura, dado que muitas destas práticas são repassadas de pais para filhos(as), em sinergia com as condições socioambientais e a própria história local. Como mencionaram Maluf, Menezes e Marques (2001, p. 18), “são estas tradições, peculiares a cada grupo social, que permitem às pessoas se reconhecerem como integrantes do mesmo tecido social.”

É relevante notar, no entanto, que em termos nutricionais a produção para o autoconsumo pode não satisfazer à demanda alimentar, em decorrência da sazonalidade e das dificuldades de cultivo e dos próprios hábitos alimentares. Todavia, Norder (2004) evidenciou que as famílias rurais que apresentam melhor adequação nutricional são aquelas cujos índices do autoconsumo são mais elevados. Em outros termos, ainda que esta produção possa não atender de modo suficiente ao critério da quantidade e qualidade nutricional, ratifica-se sua relevância à segurança alimentar.

2.2 Diversificação dos meios de vida e “economização”

Conforme Ploeg (2006), o regime sociotécnico dominante atualmente na agricultura torna o processo produtivo cada vez mais dependente do mercado, concentrado a um limitado número de agricultores, com custos de produção crescentes e redução nas margens de lucro. Aumentar a escala e buscar a especialização tornam-se critérios ao desenvolvimento da agricultura. No entanto, especialização produtiva e vulnerabilidade não raro caminham juntas. Ao se especializar em um ou outro produto, as famílias ficam expostas aos *humores dos mercados* e às relações por eles estabelecidas, tendo seus meios de resguardo e proteção fragilizados.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da diversificação dos meios de vida que, segundo Ellis (2000), diz respeito a um processo pelo qual as unidades domésticas constroem um portfólio diversificado de atividades, rendas e ativos com o objetivo de sobreviver e melhorar seu padrão de vida. Torna-se relevante multiplicar as fontes de renda, considerando as rendas agrícolas – dentro e fora do estabelecimento –, as não agrícolas, as transferências sociais ou as remessas de familiares. A diversificação reduz o impacto de falha em uma fonte de renda, diminui a variabilidade de rendas entre os anos e diminui o efeito dos riscos climáticos, financeiros e outras tensões.

Uma importante estratégia de diversificação refere-se ao autoconsumo, que funcionaria como uma espécie de renda não monetária auxiliando na estabilidade socioeconômica das famílias. Segundo Leite (2004), a produção para o consumo familiar possui um efeito anticíclico, compensando as épocas de baixos rendimentos monetários nos estabelecimentos e as variações destes ao longo do ano, o que proporciona uma renda total mais constante. Ademais, a produção para o autoconsumo apresenta a marca da alternatividade, ou seja, a característica de possibilitar tanto o consumo quanto a comercialização dos produtos dependendo da demanda da família, das condições de preço, da perecibilidade etc. (Garcia Junior, 1989; 1983; Herédia, 1979). Esta possibilidade proporciona maior autonomia à família, que pode utilizar diferentes estratégias para enfrentar situações adversas ou apoderar-se de momentos propícios, sem comprometer a esfera da alimentação. O autoconsumo é, portanto, um importante instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil.

O autoconsumo também aparece como uma *economização*, que possibilita economizar recursos financeiros para investir em outros bens. Segundo Lovisolo (1989), este termo refere-se à forma de aproveitar o tempo e a força de trabalho ociosos do estabelecimento produzindo para o consumo familiar, e também ao fato de que, ao produzir seus alimentos, a unidade familiar deixa de gastar com a compra destes nos mercados (Lovisolo, 1989). Esta economia permite às unidades familiares o acesso a outros bens igualmente necessários. Como afirma Woortmann (1978, p. 114), “realizando seu consumo alimentar em boa medida pela produção própria, o pequeno lavrador aumenta as possibilidades de realização, pela via do mercado, de outras fontes de consumo, não menos importantes para sua reprodução como ser social.”

2.3 Promoção da sociabilidade

Como destacam Brandão (1981), Cândido (2001), Ramos (2007) e Menasche (2007), a produção para autoconsumo também promove a sociabilidade rural. Os alimentos oriundos desta produção encontram-se presentes em muitos momentos da vida social, como em encontros, festas, reuniões familiares etc. Para elucidar, citam-se os “clube de mães” e os “filós” ou “serões” típicos da cultura italiana (Grisa, 2007). Os primeiros são encontros realizados pelas mães para discussão de assuntos de seus interesses e confraternização. Em um dado momento do encontro, socializa-se a *merenda* composta por muitos alimentos oriundos da produção para autoconsumo, produzidos e/ou processados pelas mães. Os segundos são visitas que um parente, vizinho ou amigo faz a outro, sempre à noite depois do jantar e, em meio a conversas, há algo para comer, sendo geralmente produtos oriundos da produção da família.

Ademais, parte dessa produção é destinada a trocas e/ou doações para vizinhos, parentes e amigos. É comum a troca de sementes, mudas, frutas etc. Se em tempos passados estas trocas possuíam uma utilidade prática e serviam para complementar a dieta alimentar, hodiernamente sua importância está relacionada, sobretudo, à sociabilidade e reciprocidade. Como observam Marques *et al.* (2007, p. 104), “o valor simbólico da doação, da oferta de alimentos para a troca, evidencia-se como elemento criador e mantenedor de vínculos e compromissos com os indivíduos e famílias”. Esta estrutura social serve para dar suporte às escolhas dos indivíduos/famílias e funciona como uma proteção em situações de ameaça a reprodução social destes. É importante mencionar que estas trocas geralmente ocorrem assentadas na reciprocidade, em que há alguma garantia de retribuição. Como observa Cândido (2001, p. 181), implicitamente estabelece-se um acordo, em que “(...) o ofertante adquire em relação ao beneficiado uma espécie de direito tácito a prestação equivalente.”

Assim, por meio das trocas, doações e encontros mediados pela produção para o autoconsumo, as famílias, mais que alimentos, socializam saberes, experiências e *favores*. Renovam-se os sentimentos comunitários e dá-se mais solidez à estrutura social, importante elemento à reprodução social e autonomia das unidades familiares.

2.4 Autoconsumo e identidade

Produzir para o autoconsumo significa mais que produzir comida para satisfazer necessidades biológicas, consistindo também em produzir *alimentos* que atendem à identidade social dos agricultores familiares. Em que pesem a mercantilização da agricultura e as transformações derivadas, o autoconsumo continua um componente relevante da identidade das unidades familiares, do *ethos* de colono, como menciona Seyferth (1991) referindo-se aos agricultores do Sul do Brasil. Deixar de produzir para autoconsumo, além de fragilizar a reprodução social da unidade produtiva, compromete a identidade do indivíduo enquanto agricultor digno e socialmente reconhecido. No meio rural, elementos como honra e orgulho advêm de atributos pessoais e das capacidades relacionadas ao saber fazer ou conhecimento tácito. Conforme Brandão (1981), os agricultores sentem orgulho em produzir os alimentos que consomem. É motivo de autoestima para as famílias demonstrar que quase tudo de que necessitam provém do próprio trabalho na terra e ainda possuem excedentes que podem doar, como sinal de abundância ou fartura e, portanto, de serem bem-sucedidas. De modo semelhante, Woortmann e Woortmann (1997, p. 85) evidenciam que os sitiante sergipanos estocam seus mantimentos em recipientes localizados na sala principal da casa, “bem à vista dos visitantes, como prova da competência do pai. São sinais que expressam a identidade de lavrador do sitiante.” Deste modo, ao produzir para o autoconsumo, as unidades familiares se autorreconhecem e são reconhecidas.

3 A PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006

Esta seção discute a importância da produção para o autoconsumo no Brasil a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, um exercício inovador no âmbito dos estudos rurais brasileiros sobre o tema, os quais até o momento concentraram-se fundamentalmente em estudos de caso. Entretanto, antes de discutir os resultados da investigação, torna-se relevante apresentar a metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mensurar o autoconsumo no Censo Agropecuário 2006, a qual partiu da definição de autoconsumo como toda a produção realizada pela família e destinada ao consumo desta. Com base nesta definição, procurou-se mensurar esta produção a partir das informações de que o IBGE dispunha no Censo Agropecuário daquele ano.

Quando o recenseador visita os estabelecimentos rurais, solicita ao entrevistado o principal destino da produção não vendida, sendo que esta pode ter sido direcionada a: consumo da família, consumo dos animais, estoque, transformação ou beneficiamento, semente para o plantio, e sem consumo ou estocagem no estabelecimento. O IBGE consegue delimitar os estabelecimentos rurais que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família. O censo agropecuário não valora (em reais) os produtos de cada destino da produção não vendida, contudo dimensiona o valor da produção total e da produção vendida.

Partindo destas informações e dentro das possibilidades metodológicas, a produção para o autoconsumo realizada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros em 2006 foi calculada a partir da seguinte equação: para todos os estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família, considerou-se produção para o autoconsumo o valor resultante da diminuição entre o valor da produção total e o valor da produção vendida. Este procedimento foi utilizado para todos os produtos oriundos da horticultura, silvicultura, floricultura, extração vegetal, lavoura permanente, lavoura temporária e agroindústria. No caso dos produtos de origem animal, a valoração do autoconsumo ocorreu a partir do valor do conjunto dos animais abatidos no estabelecimento – bovinos, suínos, caprinos etc. valorados pelo entrevistado – e também do resultado da equação *produção total menos produção vendida*, para produtos como mel, ovos, peixes e cera de abelha. É importante destacar que, visando não superestimar a produção para o autoconsumo, os derivados de carne não foram considerados na agroindústria, pois estes já estão contemplados ao se considerar os animais abatidos no estabelecimento no consumo de produtos de origem animal.

Por um lado, essa metodologia corre o risco de superestimar a produção para o autoconsumo, tendo em vista que os estabelecimentos que tiveram como

principal destino da produção não vendida o consumo da família também podem ter estocado seus produtos ou destinado ao consumo dos animais e, de acordo com a fórmula utilizada, toda esta produção é considerada autoconsumo. Por outro lado, esta metodologia também acaba por subestimar a produção para o autoconsumo, pelo fato de que nos estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o estoque ou o consumo dos animais, por exemplo, a produção consumida pela família não foi considerada no cálculo da produção para o autoconsumo.

Malgrado essas limitações, a equação construída com a ajuda dos técnicos do IBGE, responsáveis pela análise dos dados do Censo Agropecuário 2006, possibilita uma estimativa nacional do autoconsumo nos estabelecimentos agropecuários, o que é um exercício inovador no âmbito dos estudos rurais. Ademais, esta iniciativa sinaliza para o reconhecimento da produção para o autoconsumo nas estatísticas oficiais e contribui para maior visibilidade desta importante estratégia de reprodução social no meio rural.

Com base nessa metodologia, o Censo Agropecuário 2006 indicou que, dos 5.175.636 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 72,72% produzem para o autoconsumo, demonstrando a recorrência e a atualidade desta prática. Os dados sinalizam ainda que, em 18% dos estabelecimentos rurais, o autoconsumo responde por mais de 90% da produção total (tabela 1). Se se considerar a participação do autoconsumo em 50% da produção total, são mais de 30% dos estabelecimentos nesta condição, demonstrando claramente a relevância do autoconsumo na produção total. Estes dados expressam a importância do autoconsumo, mas não significam que estes estabelecimentos dependam unicamente desta atividade. As estratégias de reprodução social dos estabelecimentos rurais extrapolam o âmbito da produção agrícola, envolvendo igualmente a realização de atividades não agrícolas e um conjunto de renda cada vez mais diversificado – previdência social, transferências sociais etc.

TABELA 1

Número, total de estabelecimentos e valores médios de autoconsumo, segundo a proporção deste na produção total

Autoconsumo (%)	Número de estabelecimentos	Total de estabelecimentos (%)	Valor médio do autoconsumo/ estabelecimentos (R\$)
PERC > 90	924.759	17,87	5.379,46
80 < PERC <= 90	158.905	3,07	5.670,51
70 < PERC <= 80	173.585	3,35	4.148,36
60 < PERC <= 70	182.231	3,52	4.086,90
50 < PERC <= 60	197.562	3,82	4.156,36
40 < PERC <= 50	232.394	4,49	4.118,12

(Continua)

(Continuação)

Autoconsumo (%)	Número de estabelecimentos	Total de estabelecimentos (%)	Valor médio do autoconsumo/ estabelecimentos (R\$)
30 < PERC <= 40	255.112	4,93	3.246,61
20 < PERC <= 30	305.414	5,90	2.779,84
10 < PERC <= 20	439.751	8,50	2.177,02
0 < PERC <= 10	890.939	17,21	1.131,47
0 = PERC	1.414.984	27,34	-

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada por IBGE e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
Elaboração: Projeto Ipea/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) 2010-2011.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)³ analisados por Anjos, Del Grossi e Caldas (2010), o número de domicílios que produziram para o autoconsumo aumentou em 272 mil unidades entre 2001 e 2006 – ano da realização do censo agropecuário. Somando rurais e urbanas, são cerca de 6,1 milhões de famílias brasileiras que produzem para o autoconsumo. Do universo total identificado por estes autores, 473 mil famílias vivem exclusivamente desta atividade, sendo que o número de famílias nesta condição aumentou 46,43% (150 mil) entre 2001 e 2006. Estes dados de Anjos, Del Grossi e Caldas (2010), somados às informações da tabela 1, demonstram a abrangência e a importância desta estratégia reprodutiva. Se ela fosse irrelevante, como explicar esta adoção massiva? Seria teimosia de um campesinato fadado a desaparecer ou a migrar para as cidades? Seria uma característica apenas de estabelecimentos empobrecidos que vivem fundamentalmente desta estratégia? Estas questões serão retomadas a seguir.

Conforme a tabela 2, os produtos oriundos da lavoura temporária – feijão, arroz, batata, mandioca etc. – e os de origem animal são os mais importantes em termos de valor monetário (em reais) na produção total para autoconsumo e em número de estabelecimentos que recorrem a estes produtos. Isto não significa que os demais produtos não sejam importantes. É preciso considerar que as famílias rurais têm dificuldades de quantificar e valorar as produções da horta e do pomar, principalmente porque esta produção em geral não é destinada à venda. Ademais, vale lembrar que o censo agropecuário solicita ao entrevistado para estimar em valor monetário (em reais) o consumo anual dos produtos derivados destes espaços, o que, provavelmente, contribui à subestimação destes valores – dificilmente a família saberá mencionar com exatidão quantos pés de alface, tomates, laranjas etc. consumiu ao longo de um ano.

3. Diferentemente do censo agropecuário, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) utiliza o domicílio como unidade de análise e não o estabelecimento agropecuário.

TABELA 2
Valores e tipos de autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros

Tipo de autoconsumo	Número de estabelecimentos com produção para o autoconsumo	Valor total (R\$)	%
Lavoura temporária	2.171.230	5.749.753.222	45,04
Origem animal	2.789.754	4.035.971.937	31,61
Silvicultura	179.319	993.398.788	7,78
Lavoura permanente	203.985	679.210.114	5,32
Agroindústria	456.922	669.274.876	5,24
Extração vegetal	258.440	419.227.804	3,28
Horticultura	964.608	207.818.117	1,63
Floricultura	3.123	11.494.649	0,09
Total	3.763.555	12.766.149.627	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada por IBGE e MDA.
Elaboração: Projeto Ipea/PGDR 2010-2011.

A tabela 3 apresenta o número de estabelecimentos que produzem para o autoconsumo e o valor médio por estabelecimento desta produção segundo o sexo da pessoa que o dirige, bem como o valor médio da produção para o autoconsumo em todos os estabelecimentos rurais do Brasil. Os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstram que 87,37% dos estabelecimentos que produzem para o autoconsumo são dirigidos por pessoas do sexo masculino, e o valor médio do autoconsumo nestas unidades situa-se em R\$ 5.280,53 anuais, enquanto nos estabelecimentos dirigidos por mulheres (12,63%) o valor corresponde a R\$ 2.524,85 no ano de referência.

TABELA 3
Estabelecimentos com autoconsumo e valor médio do autoconsumo, segundo sexo da pessoa que os dirige

Variável	Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento		Total
	Masculino	Feminino	
Número de estabelecimentos que produzem para autoconsumo	3.288.387	475.168	3.763.555
Estabelecimentos que produzem para autoconsumo (%)	87,37	12,63	100
Valor médio do autoconsumo/estabelecimento (R\$)	3.609,28	1.888,68	3.392,04

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada por IBGE e MDA.
Elaboração: Projeto Ipea/PGDR 2010-2011.

Uma análise superficial desses dados poderia conduzir a interpretações equivocadas. É preciso salientar que embora existam diferenças nos valores do autoconsumo segundo o sexo da pessoa que dirige o estabelecimento e haja

uma predominância de estabelecimentos conduzidos por homens, é importante observar que várias pesquisas já mostraram que a atividade de produzir para o autoconsumo geralmente é de responsabilidade das mulheres (Menasche, Marques e Zanetti, 2008; Brumer, 2004; Heredia, Garcia e Garcia Junior, 1984). Conforme Zanetti e Menasche (2007, p.136), “inúmeros estudos evidenciam que, na agricultura camponesa, a produção de alimentos destinada ao consumo das famílias – relacionada à casa, em oposição à produção dirigida ao mercado – é predominantemente realizada pelas mulheres agricultoras.” Os dados do censo agropecuário provavelmente diferem destas pesquisas pelo fato de que, geralmente, o sexo da pessoa entrevistada e que dirige o estabelecimento é o masculino, o que pode encobrir a participação das mulheres nas atividades agrícolas e na produção para o autoconsumo, ou até mesmo levar a crer que estabelecimentos dirigidos por homens produzem valores maiores de autoconsumo. Independentemente do sexo da pessoa que dirige o estabelecimento, observa-se ainda na tabela 3 que o valor médio anual desta produção entre os estabelecimentos rurais brasileiros situa-se em R\$ 3.392,04, um valor muito significativo que, provavelmente, contribui para a segurança alimentar e para a reprodução social das famílias rurais.

A tabela 4 apresenta o valor médio da produção para o autoconsumo segundo estratos de área para o Brasil. Observa-se que o valor médio desta produção tende a elevar-se à medida que aumenta a área dos estabelecimentos: produtores sem área produzem um valor médio anual de R\$ 1.278,24; estabelecimentos com menos de 5 ha apresentam autoconsumo médio anual de R\$ 1.559,92; enquanto estabelecimentos com área situada entre 100 ha e 200 ha apresentam autoconsumo de R\$ 6.270,84. Ainda de acordo com a tabela 4, 36% dos estabelecimentos brasileiros que produzem para autoconsumo dispõem de no máximo 5 ha; quase 50% dispõem de até 10 ha; e quase 80% dos estabelecimentos brasileiros que produzem para o autoconsumo vivem em estabelecimentos com até 50 ha. Mesmo que a produção para autoconsumo possa ser realizada em pequenos espaços, estima-se que a área disponível pode ser um fator limitante ao desenvolvimento da atividade, seja pelo tamanho, seja pelo fato de que geralmente estas áreas encontram-se degradadas ou com baixa fertilidade devido ao seu uso intensivo (Gadelha e Maluf, 2008). Ademais, dispondo de áreas menores, as unidades familiares podem optar por produzir cultivos comerciais – mais rentáveis monetariamente –, intensificando os fatores de produção terra e trabalho. Estes dados instigam a realização de estudos qualitativos para evidenciar em quais circunstâncias ocorre esta produção para autoconsumo.

TABELA 4

Valor médio do autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros nos quais esta prática se faz presente, segundo estratos de área

Estratos de área	Número de estabelecimentos	Estabelecimentos totais com autoconsumo (%)	Valor do autoconsumo total (R\$)	Valor médio do autoconsumo/ estabelecimento (R\$)
> que 0 a menos 5	1.365.980	36,29	2.130.814.427,00	1.559,92
De 5 a menos 10	448.88	11,92	1.170.313.350,24	2.608,88
De 10 a menos 20	538.334	14,30	1.664.413.073,89	3.091,79
De 20 a menos 50	614.807	16,34	2.495.935.615,08	4.059,71
De 50 a menos 100	275.580	7,32	1.430.848.314,16	5.192,13
De 100 a menos 200	151.360	4,02	949.153.597,36	6.270,84
De 200 a menos 500	100.864	2,68	896.738.663,67	8.890,57
> que 500	66.269	1,76	1.770.018.653,00	26.709,60
Produtor sem área	201.773	5,36	257.913.933,12	1.278,24
Total	3.763.555	100	12.766.149.627,52	3.392,05

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada por IBGE e MDA.
Elaboração: Projeto Ipea/PGDR 2010-2011.

A tabela 5 apresenta a relação entre autoconsumo e produção total dos estabelecimentos. Conforme os dados, à medida que aumentam os valores dos estratos da produção total, os valores médios do autoconsumo também se elevam. Enquanto os estabelecimentos com produção total situada entre R\$ 0,00 e R\$ 2.500,00 produzem um valor médio anual de autoconsumo de R\$ 491,02, os estabelecimentos com produção total entre R\$ 2.500,00 e R\$ 10 mil produzem um valor de R\$ 1.621,31, e assim sucessivamente. Estes resultados se somam às indicações realizadas anteriormente, relativas à área, e vão ao encontro de estudos que evidenciam valores superiores desta produção nas unidades mais capitalizadas, confirmando que o autoconsumo não se restringe a propriedades empobrecidas ou decadentes, sendo praticado e recorrente também entre agricultores com maior valor total da produção (Grisa, 2007; Norder, 2004; Santos e Ferrante, 2003; Guevara, 2002). Como sinalizam estes estudos, o valor do autoconsumo geralmente é mais elevado em estabelecimentos mais capitalizados, em razão de estes apresentarem melhores condições para a produção agrícola e pecuária – máquinas e equipamentos, força de trabalho, recursos financeiros etc. –, sendo que a produção para autoconsumo não interfere ou concorre com os cultivos comerciais. Como aludiu Guevara (2002, p. 79), “o autoconsumo e a integração aos mercados não competem entre si por recursos produtivos, mas se complementam.”

TABELA 5
Número de estabelecimentos e valor médio da produção para os estabelecimentos brasileiros, segundo estratos de valor da produção total
 (Em R\$)

Estratos de valor da produção total	Número de estabelecimentos	Valor total do autoconsumo	Valor médio do autoconsumo/estabelecimento
Maior que 0 e menor que 2.500,00	1.970.157	967.380.869,04	491,02
De 2.500,00 a menor que 10.000,00	872.739	1.414.980.474,39	1.621,31
De 10.000,00 a menor que 25.000,00	446.830	1.499.447.428,77	3.355,74
De 25.000,00 a menor que 50.000,00	225.295	1.406.085.447,26	6.241,09
De 50.000,00 a menor que 100.000,00	121.618	1.431.800.238,73	11.772,93
De 100.000,00 a menor que 500.000,00	103.234	2.617.159.580,77	25.351,72
De 500.000,00 e mais	20.779	3.424.605.169,50	164.810,87
Sem valor de produção	2.903	4.690.419,00	1.615,71

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada por IBGE e MDA.
 Elaboração: Projeto Ipea/PGDR 2010-2011.

A tabela 6 complementa a discussão da relação entre o autoconsumo e o grau de capitalização dos estabelecimentos ao apresentar o valor médio do autoconsumo segundo grupos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).⁴ Observa-se que o valor médio da produção para autoconsumo eleva-se à medida que avança em direção ao Grupo E do PRONAF, grupo que concentra os agricultores familiares mais capitalizados. Enquanto o Grupo B apresenta valor médio de autoconsumo de R\$ 591,00, o Grupo E apresenta valor correspondente a R\$ 14.403,30. Uma exceção a esta observação é notada no Grupo A, que atende especificadamente os assentados da reforma agrária. Este grupo apresentou valor médio anual de autoconsumo superior ao Grupo C, atingindo o valor de R\$ 2.764,27.

TABELA 6
Número de estabelecimentos e valor médio do autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, segundo a classificação do PRONAF
 (Em R\$)

Classificação PRONAF	Número de estabelecimentos	Valor médio do autoconsumo/estabelecimento
PRONAF A	393.369	2.764,27
PRONAF B	1.732.059	591,00
PRONAF C	618.930	2.496,56

(Continua)

4. Até 2008, os beneficiários do PRONAF eram classificados em cinco grupos, dependendo do grau de capitalização de que dispunham (A, B, C, D e E). A partir de 2008, os grupos C, D e E foram extintos e reunidos no grupo denominado *agricultores familiares* ou *grupo variável*.

(Continuação)

Classificação PRONAF	Número de estabelecimentos	Valor médio do autoconsumo/estabelecimento
PRONAF D	221.711	6.349,83
PRONAF E	46.541	14.403,30

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada por IBGE e MDA.
Elaboração: Projeto Ipea/PGDR 2010-2011.

Além disso, o Censo Agropecuário 2006 permite demonstrar que a produção para o autoconsumo não se restringe aos estabelecimentos familiares, sendo uma prática difundida também entre os estabelecimentos não familiares. A tabela 7 demonstra que 85,74% dos estabelecimentos que produzem para autoconsumo são unidades familiares de produção, as quais produzem um valor médio anual de autoconsumo de R\$ 2.628,94. Por sua vez, 14,26% dos estabelecimentos que produzem para o autoconsumo são estabelecimentos não familiares, os quais apresentam um valor médio anual de R\$ 7.981,55. Respectivamente 73,88% e 66,44% dos estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar recorrem à prática do autoconsumo.

TABELA 7

Número de estabelecimentos e valor médio da produção para autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, de acordo com a Lei da Agricultura Familiar

Lei da Agricultura Familiar	Número de estabelecimentos	Estabelecimentos (%)	Valor médio do autoconsumo/estabelecimento (R\$)
Não Familiar	536.560	14,26	7.981,55
Familiar	3.226.995	85,74	2.628,94

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada por IBGE e MDA.
Elaboração: Projeto Ipea/PGDR 2010-2011.

Se as tabelas anteriores sinalizam que a produção para autoconsumo apresenta valores médios anuais mais elevados nos estabelecimentos “mais estruturados” – com maior área e maior valor da produção total –, é importante ressaltar, conforme a tabela 8, que é nos estabelecimentos menores que esta atividade assume um impacto mais relevante sobre o valor da produção total e se torna, portanto, uma importante estratégia de reprodução social. O autoconsumo responde por 24,81% do valor da produção total nos estabelecimentos de produtores sem área e representa 18,63% do valor da produção total nos estabelecimentos com área menor que 5 ha. Esta proporção vai sendo reduzida à medida que aumentam os estratos de área, a exemplo do estrato de 200 ha a 500 ha, em que a importância do autoconsumo reduz-se para 4,75%. Anjos *et al.* (2004) observaram algo similar em relação à renda total dos estabelecimentos familiares no Rio Grande do Sul, onde a importância do autoconsumo foi sendo diluída à medida que se elevava a renda familiar.

A tabela 8 indica ainda que quase 8% de tudo que é produzido nesses estabelecimentos permanece no interior destes para o consumo da própria família ou da unidade de produção. Ainda que os dados não permitam identificar quanto o autoconsumo representa na alimentação total da família, este número corrobora com as discussões realizadas anteriormente sobre os papéis do autoconsumo na segurança alimentar, economização e promoção da autonomia da agricultura familiar (Ploeg, 2006).

TABELA 8
Importância do autoconsumo no valor da produção total nos estabelecimentos em que este foi identificado, segundo estratos de área

Estratos de área (ha)	Número de estabelecimento	Estabelecimento (%)	VTP ¹ (R\$)	VA ² (R\$)	VA/VPT (%)
Maior 0 a menos de 5	1.365.980	36,29	11.434.902.834,61	2.130.814.427,00	18,63
De 5 a menos de 10	448.588	11,92	9.309.299.497,16	1.170.313.350,24	12,57
De 10 a menos de 20	538.334	14,30	14.161.420.025,87	1.664.413.073,89	11,75
De 20 menos de 50	614.807	16,34	22.137.155.680,18	2.495.935.615,08	11,27
De 50 a menos de 100	275.580	7,32	14.033.284.671,76	1.430.848.314,16	10,20
De 100 a menos de 200	151.360	4,02	13.399.937.130,61	949.153.597,36	7,08
De 200 a menos de 500	100.864	2,68	18.886.547.289,72	896.738.663,67	4,75
Mais de 500	66.269	1,76	59.584.359.814,02	1.770.018.653,00	2,97
Produtor sem área	201.773	5,36	1.039.387.485,42	257.913.933,12	24,81
Total	3.763.555	100,00	163.986.294.429,35	12.766.149.627,52	7,78

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada por IBGE e MDA.

Elaboração: Projeto Ipea/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Valor da produção total (VTP).

² Valor do autoconsumo (VA).

A tabela 9 aborda a importância da produção para o autoconsumo entre os estados brasileiros e o Distrito Federal. Observa-se nesta a porcentagem dos estabelecimentos totais de cada estado que apresentaram produção para o autoconsumo durante o ano de 2006. Em termos gerais, como já aludido, a grande maioria dos estabelecimentos rurais apresenta produção para autoconsumo, a exemplo do que ocorre nos estados do Piauí e do Ceará onde esta prática se faz presente, respectivamente, em 89,72% e 90,15% dos estabelecimentos rurais totais – as porcentagens mais elevadas do país. Chamam atenção os valores dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo dada a discrepância em relação aos demais. Ambos apresentam as menores proporções do país: o autoconsumo está presente em 34,92% e 39,54% dos estabelecimentos rurais totais, respectivamente. As razões para estas diferenças demandam estudos específicos, extrapolando a proposta e as informações disponíveis neste trabalho.

Os menores valores anuais médios do autoconsumo encontram-se no Nordeste brasileiro (tabela 9). Sergipe e Pernambuco, por exemplo, apresentam valores anuais na ordem de R\$ 1.453,37 e R\$ 1.449,32, respectivamente. Os maiores valores médios encontram-se nos estados de São Paulo e Santa Catarina, R\$ 9.680,03 e R\$ 7.016,19, sucessivamente – note-se que em São Paulo há um número menor de estabelecimentos produzindo para o autoconsumo, contudo este é o estado que apresenta o maior valor médio de autoconsumo. Estes dados reforçam a discussão anterior sobre a relação entre produção para autoconsumo e condição socioeconômica dos estabelecimentos rurais. Com efeito, 53% das pessoas com domicílio rural classificadas como pobres e 70% do total de pessoas extremamente pobres no Brasil situam-se no Nordeste (Mattei e Maluf, 2011), região que apresenta os menores valores médios de produção para autoconsumo.

Se, por um lado, é no Nordeste que se concentram os menores valores médios de autoconsumo, por outro, é nesta região e no Norte que o autoconsumo assume maior importância no conjunto da produção agrícola e pecuária. Em termos gerais, a proporção do valor do autoconsumo no valor da produção total é maior nos estados das regiões Norte e Nordeste, a exemplo do Acre e do Piauí, onde o autoconsumo assume a maior importância relativa, 32,43% e 30,66% respectivamente, os valores mais elevados do país. Visualiza-se, portanto, a relevância que a produção para o autoconsumo assume na reprodução social dos estabelecimentos rurais em situação de maior vulnerabilidade social. Onde esta prática assume maior relevância é justamente nos lugares em que ela tem mais dificuldades de ser estimulada e expandida. Por sua vez, a região Centro-Oeste concentra os valores mais baixos do país. No Distrito Federal e no Mato Grosso, o autoconsumo responde, respectivamente, por 2,30% e 2,77% do valor da produção total. Deve-se considerar que a região Centro-Oeste apresenta os maiores valores de produção total por estabelecimento do Brasil, o que dilui a importância relativa do autoconsumo nos estabelecimentos. Contudo, conforme já aludido, estudos específicos poderão esclarecer melhor as razões destas diferenças.

TABELA 9

Estabelecimentos com autoconsumo, valor médio do autoconsumo por estabelecimento e importância no valor da produção total – estados brasileiros e Distrito Federal

Estado	Estabelecimentos com autoconsumo/número de estabelecimentos total (%)	Valor médio autoconsumo por estabelecimento (R\$)	VPT total (R\$)	VA total (R\$)	VA/VPT (%)
Rondônia	74,26	2.369,21	1.465.836.421,78	153.195.215,68	10,45
Acre	85,27	5.021,56	389.289.678,11	126.231.954,80	32,43
Amazonas	69,87	2.954,88	673.841.276,68	137.886.453,26	20,46
Roraima	50,47	3.408,95	121.250.170,80	17.736.771,80	14,63

(Continua)

(Continuação)

Estado	Estabelecimentos com autoconsumo/número de estabelecimentos total (%)	Valor médio autoconsumo por estabelecimento (R\$)	VPT total (R\$)	VA total (R\$)	VA/VPT (%)
Pará	73,43	5.492,84	5.040.446.523,05	895.547.767,68	17,77
Amapá	44,09	4.607,09	101.676.770,50	7.164.024,87	7,05
Tocantins	77,72	4.110,29	1.349.396.024,67	180.704.676,23	13,39
Maranhão	81,64	4.071,12	3.178.443.869,82	953.960.719,13	30,01
Piauí	89,72	1.777,64	1.276.264.425,98	391.341.246,70	30,66
Ceará	90,15	2.307,99	3.897.455.691,04	792.781.134,16	20,34
Rio Grande do Norte	75,26	2.320,25	1.149.210.302,26	145.034.319,08	12,62
Paraíba	84,47	1.732,28	1.516.753.725,61	244.771.191,94	16,14
Pernambuco	75,95	1.449,32	4.681.222.325,10	335.496.575,62	7,17
Alagoas	69,94	1.946,88	3.404.953.741,02	167.934.207,49	4,93
Sergipe	54,46	1.453,37	1.064.128.206,74	79.625.516,40	7,48
Bahia	67,07	1.601,45	9.050.218.657,78	817.901.446,91	9,04
Minas Gerais	71,27	4.430,39	20.793.929.673,81	1.741.666.398,25	8,38
Espírito Santo	50,21	2.061,92	2.534.598.349,54	87.334.574,79	3,45
Rio de Janeiro	34,92	3.580,73	1.363.169.870,88	73.122.148,38	5,36
São Paulo	39,54	9.680,03	28.187.711.745,03	871.221.893,15	3,09
Paraná	66,94	3.578,34	16.735.150.429,11	888.803.058,78	5,31
Santa Catarina	79,23	7.016,19	9.034.776.727,42	1.076.585.735,79	11,92
Rio Grande do Sul	83,72	4.214,99	18.156.214.661,16	1.557.924.663,20	8,58
Mato Grosso do Sul	59,56	6.244,22	7.205.067.537,82	241.214.074,37	3,35
Mato Grosso	65,28	4.617,08	12.291.802.576,62	340.519.087,70	2,77
Goiás	70,85	4.475,76	8.882.226.042,10	430.290.717,16	4,84
Distrito Federal	61,82	4.152,99	441.259.004,92	10.154.054,14	2,30
Brasil	72,72	3.392,05	16.398.6294.429,35	1.2766.149.627,46	7,78

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada por IBGE e MDA.
Elaboração: Projeto Ipea/PGDR 2010-2011.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu conjunto, este capítulo buscou caracterizar a produção para o autoconsumo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, apresentando sua expressividade no conjunto da produção agropecuária do Brasil. Este trabalho mostra que se trata de uma prática recorrente, presente em 72,72% (3,7 milhões) dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Do Nordeste ao Sul, do Norte ao Sudeste, o autoconsumo se faz presente em estabelecimentos com diferentes condições

socioeconômicas, sejam eles estabelecimentos sem área ou com mais de 500 ha, sejam estabelecimentos com valor de produção total de até R\$ 2.500,00 ou acima de R\$ 500.000,00, ou ainda estabelecimentos familiares ou não familiares. O autoconsumo pode responder por valores anuais mais baixos, como observado nos estabelecimentos de 5 ha (R\$ 1.559,92) ou como evidenciado nos estados de Sergipe (R\$ 1.453,37) e Pernambuco (R\$ 1.449,32), ou pode apresentar valores anuais expressivos, como visto nos estabelecimentos com área entre 50 ha e 100 ha (R\$ 11.772,93) e nos estados de São Paulo (R\$ 9.680,03) e Santa Catarina (R\$ 7.016,19). O autoconsumo também pode ter uma participação expressiva na produção total dos estabelecimentos, a exemplo dos produtores sem área, que respondem por 24,81% da produção total; ou dos estados do Acre e Piauí, que representam 32,43% e 30,66% da produção total, respectivamente; ou pode ter uma importância relativa menor, como ocorre nos estabelecimentos com mais de 500 ha (2,97%) no Mato Grosso (2,775) e no Distrito Federal (2,30%). Em todos os casos – com diferentes magnitudes e provavelmente diferentes razões – o autoconsumo é acionado, somando-se às demais estratégias de reprodução social de que lançam mão os estabelecimentos rurais brasileiros.

Isso significa que a produção para autoconsumo não é um estorvo ou um traço tradicional a ser removido dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, pois ela tanto pode garantir a segurança alimentar, a estabilidade e a economia para as pequenas unidades produtivas e mais vulneráveis, com poucas chances de aumentar suas escalas, quanto representar uma alternativa de acesso a produtos alimentares saudáveis e frescos, colhidos no pomar e na horta, por aqueles produtores rurais que participam ativamente e em grandes proporções do mercado, mas não abandonaram a produção “pro gasto” que lhes dá autonomia, qualidade alimentar e identidade social ao alcance da mão.

Trata-se, portanto, de uma prática que deve ser considerada nas políticas de desenvolvimento rural e de enfrentamento da pobreza rural que ganham proeminência no período recente. Deve-se considerar os elementos que condicionam e interferem no desempenho desta prática e igualmente inserir e estimular a produção para o autoconsumo conjuntamente com o espectro mais amplo de estratégias de reprodução social das famílias rurais brasileiras. Não foi objetivo deste trabalho tomar o autoconsumo como explicativo do modo de funcionamento dos estabelecimentos agropecuários. Pelo contrário, é preciso reconhecer e trazer à tona que a qualquer explicação condizente do papel assumido pelo autoconsumo se faz necessário agregar outros aspectos, entre os quais se podem citar a importância das demais atividades agrícolas, a combinação de atividades dentro e fora dos estabelecimentos e as receitas oriundas da previdência social e das transferências governamentais.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas, RS: EGUFPEL, 2003.
- ANJOS, F. S.; DEL GROSSI, M. E.; CALDAS, N. V. La seguridad alimentaria bajo otra mirada: análisis sobre la evolución de la población brasileña ocupada en actividades de autoconsumo. **Investigaciones geográficas**, v. 73, p. 103-118, 2010.
- ANJOS, F. S. *et al.* Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004. Cuiabá, Mato Grosso, **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004.
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista estudos feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001. 376 p.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GADELHA, E.; MALUF, R. S. A contribuição da produção para autoconsumo no acesso aos alimentos. **Democracia viva**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 40-43, jun. 2008.
- GARCIA JUNIOR, A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **O sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989. 285 p.
- GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2004.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2007.

GUEVARA, L. E. T. Autoconsumo y reciprocidad entre los campesinos andinos: caso Fómeque. **Cuadernos de desarrollo rural**, Colômbia, n. 48, p. 79-98, 2002.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, B. M. A.; GARCIA, M. F.; GARCIA JUNIOR, A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. *In*: AGUIAR, N. (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América latina**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 29-44.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. *In*: BELIK, W. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 123-181.

LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.

MALUF, R. S. (Coord.). **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar**: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro, 2003. 87 p.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno “segurança alimentar”**, 2001. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentação/tconferencias.html>>, acessado em: ago. 2013.

MARQUES, F. C. *et al.* Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. *In*: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 154-176.

MATTEI, L.; MALUF, R. Pobreza rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. **Fórum DRS: Boletim Eletrônico**, ano 5, edição 72, jan. 2011.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa**: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos de alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2003.

_____. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MENASCHE, R. MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de nutrição**, v. 21, jul./ago. 2008.

NORDER, L. A. C. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil.** 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

PLOEG, J. D. V. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

RAMOS, M. O. **A “comida da roça” ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS).** 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2007.

SANTOS, I. P.; FERRANTE, V. L. S. B. **Da terra nua ao prato cheio: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do estado de São Paulo.** Araraquara, SP: Fundação ITESP/Uniara, 2003.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, p. 31-63, 1991.

TEIXEIRA, I. B. C.; SILVA, A. G. A realidade do padrão alimentar de famílias rurais no nordeste. *In*: SILVA, A. G. **Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas.** Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 73-118.

WOLF, E. **Sociedades camponesas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, K. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final.** Brasília, n. 20, 1978. (Série antropologia).

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. *In*: MENASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 130-141.